



Plenário elege novo membro

EMATER/Rio ingressa. Quatro resoluções foram aprovadas durante a reunião.

Página 3

Recursos Hídricos:
conheça a opinião
dos diversos atores

Páginas 4 e 5

Projetos:
acompanhe o
andamento

Página 6

APA Guandu:
operação policial em
busca de areeiros

Página 8



O Boletim Informativo **NAS ÁGUAS DO GUANDU** é uma publicação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Guandu, Guarda e Guandu Mirim - CBH Guandu

BR 465, km 7, Campus da UFRRJ - Prefeitura Universitária - Seropédica (RJ) - CEP: 23890-000 - Tel: (21) 3787-3729
www.comiteguandu.org.br - guandu@agevap.org.br

Diretor Geral: Decio Tubbs
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Secretário Executivo: Julio Cesar Antunes - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE)

Diretores: Adalésio Guimarães (LightGer S/A),
Maurício Ruiz (Instituto Terra de Preservação Ambiental),
Rosa Formiga (Instituto Estadual do Ambiente - INEA),
Madalena Sofia Ávila (Prefeitura Municipal de Barra do Piraí)



Coordenação Técnica: Associação Pró-Gestão de Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP)
Estrada Resende-Riachuelo, 2.535 - AEDB - 4º and. Morada da Colina - Resende (RJ) - CEP: 27523-000 - Tel: (24) 3355-8389
www.agevap.org.br - agevap@agevap.org.br

Presidente do Conselho de Administração:
Friedrich Wilhelm Herms

Presidente do Conselho Fiscal: Oswaldo de Carvalho Ramos
Diretor-Executivo: Edson Guaracy Lima Fujita
Coordenador Técnico: Hendrik Lucchesi Mansur
Gerente de Recursos Hídricos: Amparo Cavalcante

Produção Gráfica e Editorial, Diagramação, Arte-Final, Reportagens, Redação, Fotografias, Edição e Revisão:
Assessoria de Comunicação do CBH Guandu - Montenegro Grupo de Comunicação - Tel. (21) 2215-9463
www.montenegrocc.com.br - redacao@montenegrocc.com.br

Jornalista Responsável: Cláudio Montenegro (MTb 19.027)
Redator-Chefe: Leonardo Poyart
Reportagem e Redação: Cristiane Cunha
Projeto Gráfico: Fernanda Serodio

Coordenação: Hendrik Lucchesi Mansur / Andrea Sundfeld Penido / Luís Felipe Martins Tavares Cunha

Foto Capa: Cris Cunha - MGC

Impressão: Print Paper Editora Gráfica LTDA.
Tiragem: 4.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Finalizamos nosso terceiro número ainda sob a influência de duas situações críticas em nossa área de abrangência e que exigem reflexões mais aprofundadas. O primeiro foi devido ao tombamento de um caminhão (mais um!) na Rodovia Presidente Dutra que, por pouco, felizmente, não causou um acidente ambiental de elevada gravidade para o rio Guandu. Em um segundo evento, o vírus da Hepatite A contaminou mais de uma centena de habitantes do município de Mangaratiba, que fez uso de águas obtidas em fontes alternativas.

Embora sem nenhuma conexão aparente entre si, ambas demonstraram que até aqui a sorte não nos faltou, pois os dois eventos poderiam ter resultados em acontecimentos de maior complexidade, mas demonstraram a vulnerabilidade da Bacia. Colocando em prática ações preconizadas no PERHI da Bacia Hidrográfica dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim, o Comitê Guandu está licitando, através da Agência de Bacia, dois projetos que estão em consonância com plano de bacia e diretamente relacionados aos fatos ocorridos. O primeiro projeto visa a elaborar a Análise de Risco e o Plano de Contingência, enquanto o segundo executará o Diagnóstico das Fontes e Minas d'Água em toda a área da Bacia. Além disso, há um grande empenho para atender a demanda em projetos de esgotamento sanitário em diversos municípios da Bacia.

No entanto, esses e demais projetos encaminhados ao Comitê Guandu, isoladamente, têm efeito limitado, pois é necessário o compromisso, ou melhor, a sinergia de todos os atores (Usuários, Governo e Sociedade Civil) e, principalmente, de seus representantes municipais constituídos para impedir que certas ações nocivas ao meio ambiente sejam recorrentes.

Os membros do Comitê Guandu, bem como toda a sociedade civil, conhecem os caminhos corretos. É preciso percorrê-los.

Fique por Dentro

Reunião com Vigiágua

No dia 31 de maio, o Comitê Guandu reuniu-se com a Vigilância da Qualidade da Água (Vigiágua) para aproximação institucional e apoio ao programa Vigiágua do Rio de Janeiro. O encontro contou com a presença da Diretoria do Comitê e de Coordenadores da Vigiágua. Outras reuniões serão agendadas em breve.

Emater/Rio é novo membro do Plenário

O Comitê Guandu realizou, no dia 25 de abril, a segunda Reunião Ordinária do Plenário na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em Seropédica. O objetivo do encontro foi a aprovação de quatro resoluções e a apresentação da proposta de incorporação do componente resíduos sólidos nos planos Municipais de Saneamento Básico da Região Hidrográfica II - Guandu.

Dentre os assuntos debatidos, ganharam destaque: a aprovação das resoluções sobre o Programa Agenda Água na Escola, que consiste em incentivar a educação ambiental em nove municípios da Bacia (Seropédica, Engenheiro Paulo de Frontin, Rio Claro, Queimados, Paracambi, Miguel Pereira, Mangaratiba, Japeri e Itaguaí); a resolução do Projeto de Comunicação Social que visa a dar continuidade às ações de comunicação (assessoria de imprensa, jornais impresso e digital, clippings e newsletters); ampliação de recursos para Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com intuito de contribuir para a adoção de práticas de conservação e restauração ambiental visando à manutenção da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos das bacias sob a gestão do CBH Guandu.

Na ocasião, foram empossados dois novos mem-



Decio (esq.) com Leonardo e Magno

bro do Comitê, ambos representantes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER/Rio), sendo um titular, Leonardo Bertucci Torres, e um suplente, Magno dos Santos Roza.

Estavam presentes o Diretor-Geral do CBH Guandu, Decio Tubbs, o Secretário-Executivo, Julio Cesar Antunes, as Diretoras Rosa Formiga e Madalena Sofia, o Diretor Maurício Ruiz, além de representantes dos Usuários de Água, Sociedade Civil e Poderes Público Federal, Estadual e Municipal. Cerca de 50 pessoas participaram da reunião.

Monitoramento da água do rio Piraí acima de Tócos

O Comitê Guandu acompanhou, no dia 9 de maio, a terceira campanha para verificar os métodos utilizados pela empresa SEA Projects para o monitoramento do rio Piraí.

O projeto busca a caracterização da água no trecho do rio Piraí a montante do túnel de Tócos para identificar a qualidade das águas do rio, suas flutuações (ao longo de períodos sazonais) e



Divulgação

a presença de fontes poluidoras através da análise de diversos parâmetros químicos, físicos e biológicos de monitoramento, levantamento de dados de

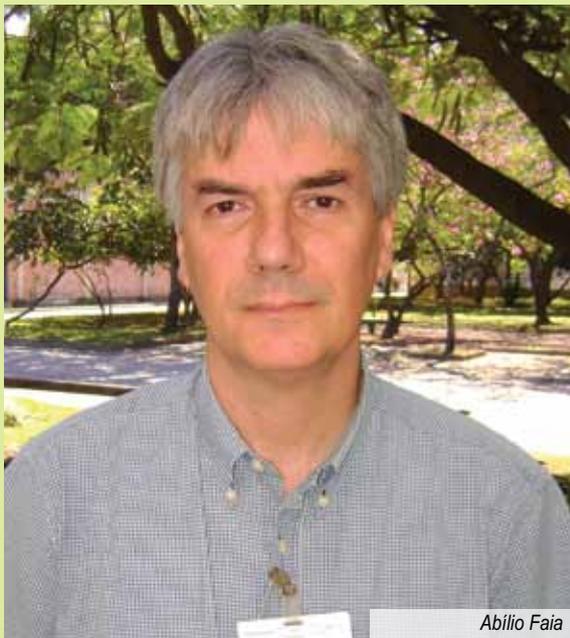
atividades realizadas no entorno e a aplicação de indicadores e índices ambientais.

Ao todo, o projeto prevê a realização de dez campanhas de monitoramento que serão realizadas ao longo de um ano.

CBH Guandu: referência e

O boletim *Nas Águas do Guandu* traz a opinião dos três segmentos que compõem o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu (CBH Guandu) sobre a importância da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos na visão do Usuário, representado por Abílio Faia (Fábrica Carioca de Catalisadores - FCC), da Sociedade Civil, por Jaime Bastos (Instituto Ipanema) e do Poder Público, por Ademar Quintella (Secretaria de Ambiente de Seropédica).

De acordo com o segmento Usuário, na visão do Coordenador de Segurança e Meio Ambiente da FCC, Abílio Souza Faia, todos os processos democráticos e participativos são importantes para



Abílio Faia

a construção de uma sociedade e um ecossistema urbano mais equilibrados. “O Comitê trilha este caminho há dez anos. Sei que não é fácil, pois os três segmentos têm objetivos e visões diferentes. Mas o mais importante é ver que as diferenças estão diminuindo em função do objetivo maior, que é garantir a água em quantidade e qualidade para a sociedade atual e as futuras”, diz Abílio.

Segundo o Coordenador, os recursos hídricos são renováveis e, para que seja efetivamente verdadeiro, é preciso conservar, proteger e recuperar em quantidade e qualidade as águas. “Para isso, temos o Plano Estratégico de Recursos Hídricos do Guandu, que traz as ações que estão sendo implantadas e a implantar, visando garantir recursos para as futuras gerações”, aponta.

“O momento é oportuno, por exemplo, por causa de eventos como a Rio+20, e o Comitê Guandu participa de forma expressiva no desenvolvimento de estratégias e pela prática de implantação do Plano de Recursos Hídricos”, conclui Abílio.

Para a Sociedade Civil, na opinião do Biólogo e Diretor do Instituto de Pesquisas Avançadas em Economia e Meio Ambiente (Instituto Ipanema), Jaime Bastos, o principal fator do modelo de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos é a oportunidade de participar da elaboração e da execução de políticas públicas que irão regular e otimizar os múltiplos usos da água, além de acompanhar as tomadas de decisão e a atuação dos outros segmentos. “Este

modelo torna a gestão mais transparente, uma vez que os representantes dos três segmentos participantes são escolhidos pelos seus iguais através de consenso e todos têm de fazer cessões para se chegar a um entendimento comum”, diz.

Segundo Jaime, a abrangência do tema água é um importante fator desta gestão compartilhada, pois promove a inclusão social, ambiental e econômica. “A falta ou o excesso de água atinge a todos

em gestão compartilhada

Segundo o Poder Público Municipal, na avaliação do Secretário de Ambiente e Agronegócios de Seropédica, Ademar Quintella, o gerenciamento dos recursos hídricos é, necessariamente, participativo. “O Comitê de Bacia é uma combinação entre o poder público e as forças vivas da sociedade, representadas pelos usuários da água e as comunidades envolvidas. Qualquer coisa diferente disto desvirtuará completamente as normas legais”, afirma.

No entanto, segundo Ademar, embora em termos legais houve avanço, na prática a situação é di-



Ademar Quintella

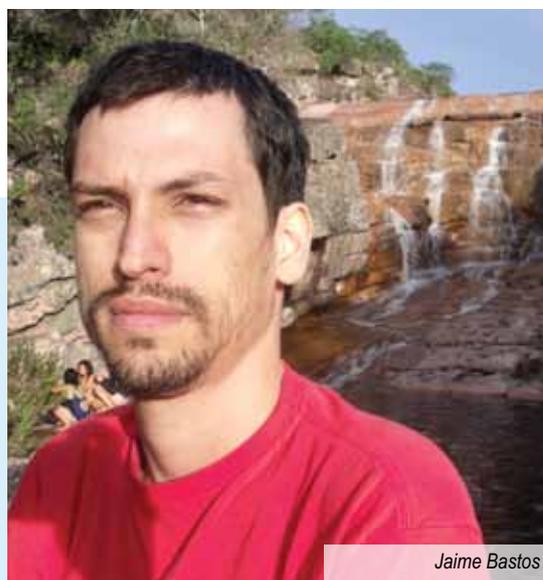
ferente. “Há uma enorme dificuldade em conceber a Política de Recursos Hídricos, seja porque alguns dispositivos carecem de efetividade ou talvez porque a participação almejada esteja em fase de amadurecimento. Na verdade, a presença da sociedade civil ou das comunidades locais ocorre de forma tímida. Porém existem várias comunidades participando da gestão dos Recursos Hídricos juntamente com as associações defensoras do meio ambiente, que desempenham uma função importante na defesa dos recursos naturais”, relata Ademar.

Para o Secretário de Ambiente, os instrumentos de gestão legais, institucionais, de articulação com a sociedade, de planejamento, informação e operação devem ser discutidos e reavaliados. Para isso, a participação da sociedade civil organizada e dos usuários de água é absolutamente imprescindível para a boa gestão.

“A riqueza, a diversidade e a complexidade das interações entre os diferentes níveis que compõem a execução das políticas hídricas resulta em um enorme desafio para os responsáveis pelo gerenciamento dos correspondentes recursos”, finaliza Ademar.

da mesma maneira, tornando-os responsáveis pela manutenção de sua quantidade e qualidade”, destaca o Biólogo.

“A Gestão Integrada dos Recursos Hídricos compartilhada entre os três segmentos é um importante passo para aprendermos a praticar a governança de um elemento que sempre esteve ligado ao desenvolvimento das grandes nações e encontra-se, a cada dia, com menos qualidade”, completa Jaime.



Jaime Bastos

Acompanhe o andamento de alguns dos projetos com aplicação de recursos do CBH Guandu. Acesse o site www.comiteguandu.org.br e veja mais detalhes de todas as ações.

PROJETO	SITUAÇÃO
Produtor de Águas e Floresta	Projeto em execução, com 43 proprietários rurais contratados. O prazo contratual foi encerrado e foram assinados termos aditivos com 10 proprietários que não cumpriram todas as metas dentro do prazo. A AGEVAP assinou, em 11/5/12, contrato de repasse de recursos financeiros para o Projeto com a Prefeitura de Rio Claro, que passará a assinar os contratos com os proprietários rurais. Foi publicado novo Edital que contou com 26 novas propostas, sendo 25 aprovadas. A assinatura dos contratos está em andamento com o apoio do ITPA. Está em andamento um novo processo para implantação do programa em toda a Bacia. Será lançado um Edital para Barra do Pirai (município que já tem lei sobre PSA) e outro para o restante da Bacia.
Análise de Risco e Plano de Contingência	O Termo de Referência foi concluído. A AGEVAP está elaborando o Ato Licitatório.
Comunicação Social	A empresa de comunicação contratada (Montenegro Comunicação) está prestando os seguintes serviços: assessoria de imprensa e comunicação, coberturas jornalísticas dos eventos e reuniões, elaboração, editoração e confecção de boletins informativos digitais e impressos, além de peças institucionais como folders, filipetas e cartilhas. A AGEVAP está elaborando um fluxo da área de comunicação para facilitar o trabalho e a relação entre a AGEVAP, o Comitê Guandu e a empresa de comunicação.
Avaliação da Qualidade Ambiental do Reservatório de Tocos	Projeto iniciado em setembro/2011 com previsão de conclusão em 15 meses. A empresa apresentou o 2º relatório de monitoramento da qualidade da água (PIII-B). Está sendo agendada reunião para apresentação do produto ao Comitê, que deverá ocorrer na primeira quinzena de julho.
Auxílio Financeiro à Realização de Estudos para elaboração de Trabalhos de Graduação, Mestrado e Doutorado	O resultado com as propostas aprovadas foi publicado no dia 4/6/2012. Está programada para o dia 4/7/12 a assinatura dos termos de concessão de auxílio.
Monitoramento e Controle de Queimadas	A empresa Tecnogeo Informática foi aprovada no certame. Está previsto a assinatura do contrato para a primeira quinzena de julho.
Proteção e Melhoria das Captações de Fontes e Minas D'Água	Nenhuma empresa compareceu ao Ato Convocatório nº 06/2012, realizado no mês de maio. O Ato Convocatório foi novamente publicado e o certame ocorrerá no dia 16 de julho.
Observatório da Bacia	Em discussão no Comitê Guandu.
Educação Ambiental	Foi aprovada em reunião da Câmara Técnica de Ciência, Tecnologia e Educação (CTCTE), ocorrida em maio, a minuta do Termo de Referência do Edital para aplicação de recursos financeiros em Projetos de Educação Ambiental. O edital está sendo finalizado pela AGEVAP para a publicação.
Saneamento Ambiental	Em discussão no Comitê Guandu.
Contratação do "Curso extensivo de produção de água e de recuperação e preservação de nascentes"	Considerando o valor do curso solicitado (R\$ 22.000,00) e a Resolução INEA 13/2010, a AGEVAP está elaborando Termo de Referência e Ato Convocatório para contratação do serviço.
Manutenção e Atualização de Sites	A empresa Digital Informática é responsável por manter e atualizar o site do Comitê Guandu.
Orçamento	O orçamento foi apresentado à diretoria do Comitê Guandu. Foi comprovada a existência de uma diferença nos valores do orçamento. A AGEVAP está aguardando esclarecimentos do INEA sobre o assunto.

Atitudes simples para uma vida sustentável

A propriedade rural, de acordo com a legislação, tem como função social a utilização adequada dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente, mantendo o equilíbrio ecológico da propriedade, da saúde e da qualidade de vida das comunidades vizinhas. Manter estas características próprias do meio natural e a qualidade dos recursos ambientais é um dos propósitos do Agrônomo e Produtor Rural, Paulo César Soares, de 56 anos. A história dele você confere a seguir.

Paulo nasceu e foi criado no Sítio São Francisco, localizado na divisa entre os municípios de Japeri e Queimados. A propriedade da família Soares, uma área de 70 hectares, é cortada pelo rio D'ouros, com nascente na Serra do Tinguá, que é contribuinte do rio dos Poços, um afluente do rio Guandu.

Em 1974, foi para Seropédica cursar Agronomia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Quando concluiu o curso, em 1978, voltou para a propriedade e continuou o trabalho com a terra junto com o pai Almir, a mãe Ruth e o irmão Marco. "Neste período começamos a fornecer para a Cesa (Central de Abastecimento de Alimentos) uma grande quantidade da produção. Utilizávamos água do rio D'ouros, uma captação de classe especial da CEDAE (água tratada apenas com cloro) para irrigação. Uma boa água na época e ainda hoje para irrigação", explica Paulo.

Um fator limitante para a agricultura familiar nas décadas de 70 e 80 era a tecnologia. "O acesso era difícil, o custo de produção elevado e a rentabilidade muito pouca. Por este motivo, deixei a propriedade e fui trabalhar fora, como professor do Governo do Estado", comenta.

Na década de 90, o Agrônomo retomou o trabalho no Sítio São Francisco, envolvendo-se com todo o processo, mas incumbido de trazer tecnologias para os pequenos agricultores. "Sou responsável pela parte de inovação das técnicas. Por exemplo, antigamente usávamos veneno para fazer o controle de pragas. Hoje, a recomendação é um produto biológico", disse Paulo.



O envolvimento com a produção inclui toda a família, que trabalha com avicultura, produzindo ovos caipiras, banana orgânica e cultivo de horta, e os comercializa na Feira da Roça de Queimados, uma feira semanal de orgânicos (Rua Elói Teixeira s/n, próximo à subida da Passarela da Supervia). A família Soares contribui, dessa forma, para reduzir a poluição dos rios e dos cursos d'água, evitando o uso de adubo químico e veneno nos cultivos.

A produção da família atende à Associação de Feira da Roça de Queimados, da qual Paulo é membro. "A produção orgânica nos dias de hoje tem preço justo e com muito mais qualidade. Um pimentão cultivado com elementos orgânicos dura uma semana na geladeira, enquanto um produzido com agrotóxicos estraga entre 3 e 4 dias", destaca Paulo.

Segundo o Produtor, a falta de água com qualidade para irrigação é um fator preocupante. "Em Queimados não existe tratamento de esgoto. Ele é jogado diretamente no rio ou tem um tratamento primário. Logo, a irrigação é feita através de poços semi-artesianos ou de lençóis freáticos, e quando a época de seca chega, esses poços secam e a produção morre", aponta.

De acordo com o Agrônomo, é importante deixar as encostas protegidas por florestas, para que possam alimentar as minas e manter a água da chuva por mais tempo na propriedade. "O sítio da minha família tem 30% de área de floresta. Sempre preservamos, até porque usamos água da mina para matar a sede dos animais, para consumo e para as atividades domésticas", afirma.

Por estar inserido neste ambiente, residindo e trabalhando na terra, o pequeno produtor tem por preocupação preservar a vegetação e os rios em suas proximidades e, dessa forma, obtém como retorno melhor produtividade, mantendo o equilíbrio entre homem e ambiente.



Criada em 2007 pelo Decreto Estadual nº 40.670, a Área de Proteção Ambiental do rio Guandu (APA Guandu) tem a finalidade de proteger a qualidade das águas, nascentes e margens do rio Guandu, bem como dos remanescentes florestais situados em seu entorno.

Sob o domínio do bioma Mata Atlântica possui 742,5 km² de área e abrange os municípios de Miguel Pereira, Paracambi, Pirai, Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguaí, Seropédica, Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Vassouras e Rio Claro.

A unidade de conservação do Guandu é formada pelo Ribeirão das Lajes, sua confluência com o rio Santana, localizado a 30m de altitude, e seus principais afluentes - rio dos Macacos, Santana, São Pedro, Poços/Queimados e Ipiranga - até o canal de São Francisco (curso final do rio Guandu).

No mês de abril de 2012 foi instalada a coordenação da APA Guandu junto à sede do CBH Guandu, na Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro (UFRRJ), em Seropédica.

Na gestão, estão a Gerência de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (GEUSO), a Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP) e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA). A Chefe da APA Guandu é a Engenheira Florestal Erica Sodré Fagundes de Brito. Conta também com um Conselho Deliberativo, presidido pela Fundação Instituto

Estadual de Florestas (IEF) e composto por membros do CBH Guandu.

Fiscalização

A fiscalização da área é realizada pela gestão da APA Guandu em conjunto com a Coordenadoria de Geral de Fiscalização do INEA e os departamentos de Polícia Ambiental do Estado do Rio de Janeiro.

A primeira operação foi realizada em 24 de abril em áreas de extração ilegal de areia. A ação ocorreu em Queimados e contou com a colaboração de técnicos da Gerência de Unidades de Conservação de Proteção Integral (GEPRO) e da Coordenação Geral de Fiscalização (COGEFIS), do INEA. Também participaram policiais da Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA) e do Batalhão de Polícia Florestal e de Meio Ambiente.

O local vistoriado foi uma área onde será construído o Parque Fluvial do Guandu, próximo ao km 197,5 da Rod. Presidente Dutra. Na ação, um caminhão com 6m³ foi flagrado transportando ilegalmente areia. O proprietário do veículo e o carregador foram levados à DPMA para esclarecimentos.

Na segunda área fiscalizada, localizada na Rua João Soares, Distrito Industrial de Queimados, foram encontrados dois pontos de extração irregular de saibro que alteram significativamente os aspectos físicos da área, do ecossistema e da paisagem.



No alto, vista geral do local. Acima e ao lado, fiscais atuando no momento da operação.